

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA DEZ DE MARÇO DE 2015, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos dez dias do mês
4 de março de dois mil e quinze, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do
5 CEIVAP, na sede da AGEVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais –
6 Virgílio Furtado (AMPAR), Paulo Afonso Valverde Jr. (CESAMA), João Emídio Lima da Silva (IAVARP),
7 Matheus Machado Cremonese (PREA); Rio de Janeiro – Moema Versiani (INEA), Antônio Carlos Simões
8 (CSN), Alexandre Nascimento (Light), Eduardo Dantas (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale!
9 Nossa Vida), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Edilson de Paula Andrade (DAEE), Zeila
10 Piotto (CIESP Taubaté), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA); **dos seguintes**
11 **convidados:** Nazareno Mostarda (DAEE – CBH-PS), João Gomes (UENF), Vanda Corrêa Thomé (UENF),
12 Maria Eugênia Totti (UENF), Marilda Cruz Lima da Silva (IAVARP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Raíssa
13 Galdino (AGEVAP); **e justificadas as seguintes ausências:** Deivid Oliveira (FIEMG), Teresa Paiva
14 (EEL/USP); Eduardo Araújo (IGAM); **para tratar da seguinte pauta:** **1** – Aprovação das atas das últimas
15 reuniões; **2** – Informe sobre a minuta de Deliberação CEIVAP, elaborada pela Comissão Especial Permanente,
16 referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu; **3** –
17 Deliberação CEIVAP referente à criação do Subcomponente: Ações Emergenciais – Estresse Hídrico da Bacia
18 do Paraíba do Sul; e **4** – Calendário de reuniões de 2015; **5** – Breve relato sobre atuação do CEIVAP e da
19 AGEVAP na questão relativa à escassez hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul; **6** – Assuntos Gerais. Conferido
20 o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, abriu
21 a 1ª Reunião Ordinária da CTC de 2015, agradecendo a presença de todos e colocando em pauta a questão da
22 eleição para o novo coordenador da CTC, visto que a presente reunião é a última que participa como
23 coordenador. Na oportunidade, falou sobre o trabalho feito pela Câmara Técnica no seu mandato de 2 anos,
24 sobre o quanto conseguiram avançar nas discussões, e em tempo, agradeceu a todos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
25 Taubaté) parabenizou o Sr. Paulo Valverde pelos dois anos de coordenação da CTC, agradeceu as contribuições
26 dos representantes em relação às demandas da Câmara e disse que o grupo está mostrando bastante maturidade,
27 tendo em vista o trabalho feito. Sobre a eleição para o novo coordenador, ressaltou que de acordo com as
28 alterações no Regimento as regras foram alteradas passando de um mandato de dois anos para quatro anos.
29 Citou que quem recomenda os membros da CTC são os membros da plenária e que não há a necessidade de uma
30 nova eleição sendo que o substituto do coordenador passaria a coordenar com a saída do atual coordenador. O
31 Sr. Paulo Valverde (CESAMA) disse que como mandato dos membros atual é de quatro anos seria necessária a
32 consulta à Assessoria Jurídica para verificarem como seria feito esse procedimento. A Sra. Vera Lúcia Teixeira
33 (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) sugeriu fazer uma nova eleição, por prudência. A Sra. Moema Versiani
34 (INEA) disse que concorda com a sugestão da Sra. Vera Lúcia Teixeira. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio
35 Carioca) falou que poderia haver revisão do Regimento Interno para indicar a prorrogação do prazo. O Sr. Luiz
36 Roberto Barretti (ABES/SP) falou que a CTC tem um Regimento Interno em vigor que prevê o mandato de dois
37 anos. Sugeriu fazer uma nova eleição para a coordenação e a revisão do Regimento Interno para o próximo
38 mandato para que não corram o risco de ficarem sem coordenação. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso
39 Vale! Nossa Vida) sugeriu que o Coordenador Substituto convoque a próxima reunião. O Sr. Edilson de Paula
40 (DAEE) disse que tinha dúvidas sobre os procedimentos para a eleição. O Sr. Rutnei Morato Erica
41 (SOAPEDRA) comentou que não deveria ser realizada a revisão do Regimento Interno e sim apenas a
42 readequação sobre o assunto, assumindo o Coordenador Substituto. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP)
43 lembrou que a eleição que será realizada no CEIVAP em 2015 é somente a da Diretoria. O Sr. Virgílio Furtado
44 (AMPAR) concordou com o que foi abordado pelo Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP).
45 **ENCAMINHAMENTO** – *Finalizado o mandato do atual Coordenador da CTC, Sr. Paulo Valverde*
46 *(CESAMA), os membros da Câmara Técnica acordaram, com base no Regimento Interno, que deverá ser*
47 *realizada uma eleição para o Coordenador Substituto da CTC. E, de acordo com a disponibilidade do atual*
48 *Coordenador Substituto da CTC, poderá também ser feita uma eleição para novo Coordenador da CTC.*
49 Concluído o assunto sobre as eleições, o Sr. Paulo Valverde (CESAMA) deu andamento a reunião passando
50 para a discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Aprovação das atas das últimas reuniões** – A minuta de
51 ata da 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada no dia 5 de novembro de
52 2014 e a minuta de ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada no
53 dia 6 de novembro de 2014, foram aprovadas depois de serem feitas as correções solicitadas. **ITEM 2: Informe**
54 **sobre a minuta de Deliberação CEIVAP, elaborada pela Comissão Especial Permanente, referente à**
55 **cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu** – A Sra.
56 Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) citou as alterações que foram feitas no documento pela
57 Comissão Especial Permanente. Foi sugerida pela Comissão uma proposta com o limite máximo de 15% para os
58 anos de 2017 e 2018, 20% para o ano de 2019 e 25% para o ano de 2020 sendo que essa resolução só entraria
59 em vigor a partir de 2017. Esses percentuais serão além dos 15% pagos pela transposição já estabelecidos por
60 lei. Citou a importância da melhoria da qualidade e quantidade da água e isso seria realizado através do
61 investimento em projetos. Lembrou que de acordo com proposta de deliberação haverá um grupo específico
62 para avaliação dos projetos e que atualmente aguardam a posição do Comitê Guandu sobre a apreciação dessa
63 proposta. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) relatou que Comitê Guandu estava aguardando uma posição desde

64 2012, mas a Comissão Especial Permanente só foi reativada em 2014. A minuta foi apresentada em setembro de
65 2014 e foi encaminhada para a CTC do CEIVAP e o Comitê Guandu teve conhecimento da referida minuta no
66 dia 4 de setembro de 2014. Essa minuta passou por três Câmaras Técnicas do Comitê Guandu e foram feitas
67 contrapropostas. O Comitê Guandu não reconhece como correta a interpretação que ANA tem, conforme sua
68 Nota Técnica. Os representantes do Comitê Guandu na Comissão Especial Permanente comprometeram-se a
69 levar a proposta para a primeira reunião de 2015 do Comitê Cuandu. Essa nova proposta ainda será analisada
70 pelas demais Câmaras Técnicas e assim será encaminhada uma contraproposta. O Sr. Edilson de Paula (DAEE)
71 citou que o percentual de 40% não foi um número colocado para negociar. É o mínimo que poderia ser colocado
72 devido a todos os impactos e o CEIVAP fez tudo que tinha que fazer para conseguir que essa proposta
73 transitasse bem. A Sra. Moema Versiani (INEA) ressaltou os aspectos positivos e avanços com a proposta de
74 deliberação. Acredita que a Comissão deve sair de uma lógica de discutir percentual e discutir a
75 operacionalização desse mecanismo. Lembrou que em 2005 o CEIVAP aprovou o mecanismo e critério de
76 cobrança da transposição, mas somente em 2010 conseguiram operacionalizar e por isso acha justo o tempo
77 solicitado para rediscutir os critérios propostos e se conseguirem fazer com que funcione, em 2020 poderá
78 pleitear mais recursos. Reconhece que 15% é pouco, mas acredita que exigir 85% sem argumento sem base, não
79 é adequado e citou que se conseguirem fechar até em meados de 2015 nos dois comitês será uma vitória para
80 todos. O Sr. João Gomes (UENF) disse que é muito importante que cheguem a um consenso e citou que a Nota
81 Técnica da ANA faz justiça à gestão da bacia. A minuta foi uma construção e um avanço e não devem
82 retroceder. Comentou que acredita que o Comitê Guandu deveria passar por um processo de transição e
83 adequação às alterações propostas. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) falou que a bacia do rio
84 Guandu produz somente esgoto e usufrui da água da bacia rio do Paraíba do sul. Disse que depois de
85 acompanhar os diagnósticos do plano, está muito claro onde os recursos têm que ser aplicados e parabeniza a
86 Comissão. O Comitê Guandu tem que ter a maturidade de ver que estrategicamente o investimento na bacia do
87 rio Paraíba do sul é muito relevante. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) lembrou que há um prazo para alterar
88 os mecanismos e o CNRH tem um tramite. Então esse tempo deve ser calculado para que a proposta dos
89 comitês chegue de acordo com os prazos regimentais do CNRH. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso
90 Vale! Nossa Vida) informou que até julho pretendem que esteja resolvido entre os comitês. O Sr. Paulo
91 Valverde (CESAMA) disse que devem ter um prazo pactuado para que o CNRH consiga fechar em 2015 e
92 vigorar em 2016 e para isso é necessários que façam um cronograma mais preciso para atender aos prazos. O Sr.
93 Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) parabenizou a comissão e recomendou que no art. 3º da proposta de
94 deliberação, na parte de obras, inserir o controle de erosão e conservação do solo. Além disso, solicitou a
95 inclusão da CETESB na comissão que avaliará os projetos. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE) citou que o
96 andamento tem sido feito de forma rápida e as reuniões tiveram discussões de bom nível. Lembrou que bacia do
97 rio Guandu não é uma bacia só de esgoto e depois de transposta ela não piora a qualidade. Sobre os prazos,
98 acredita que conseguirão chegar a um denominador comum e as porcentagens devem ser já destinados à ações.
99 A integração é inevitável, mas algumas questões são inexequíveis de primeiro momento, mas ideia é somar e
100 contribuir. O Sr. Edilson de Paula (DAEE) disse que todos devem ter que ter noção dos seus papéis e percebe-
101 se a fragilidade que os comitês têm de exercer o seu papel, que é de negociador. A partir da eleição de março,
102 esse grupo tem que ter uma reunião emergencial com o presidente do CEIVAP para colocá-lo a par da situação.
103 A Sra. Moema Versiani (INEA) disse que a criação do grupo foi feita por paridade entre CEIVAP e Comitê
104 Guandu. Caso haja inserção de São Paulo na Comissão fará um desequilíbrio conceitual no grupo e quanto aos
105 investimentos na cabeceira a representante do INEA diz que concorda perfeitamente. O Sr. Virgílio Furtado
106 (AMPAR) concordou com a fala do Sr. Eduardo Dantas (CEDAE), mas acredita que precisam evoluir mais.
107 Citou que os comitês mineiros não estão na deliberação e que eles deveriam estar presentes, pois atuam na luta
108 para melhorar a qualidade da água da bacia do rio Paraíba do Sul. Matheus Cremonese (PREA) falou que
109 concorda com o Sr. Virgílio Furtado (AMPAR), pois deve haver um equilíbrio financeiro e para que isso
110 aconteça não há como não incluir Minas Gerais. **ENCAMINHAMENTO** – *A Câmara Técnica Consultiva do*
111 *CEIVAP deverá elaborar um cronograma com prazos estabelecidos para que os Comitês envolvidos cumpram*
112 *seu papel e a Deliberação seja consolidada e enviada ao CNRH em 2015, para que comece a vigorar no ano de*
113 *2016.* **ITEM 3: Deliberação CEIVAP referente à criação do Subcomponente: Ações Emergenciais –**
114 **Estresse Hídrico da Bacia do Paraíba do Sul** – A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida)
115 comentou sobre a deliberação “ad referendum” criada para atender a demanda referente às ações emergenciais
116 para adequação das captações na calha federal do rio Paraíba do Sul, citou que os municípios mais afetados são
117 os receberão os recursos, de acordo com vistoria realizada pela ANA, AGEVAP e órgãos gestores. A Sra. Zeila
118 Piotto (CIESP Taubaté) disse que devem analisar de modo geral. Na reunião do GTA OH foi questionado o
119 porquê da ANA não disponibilizar esse recurso. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) citou que foi necessária a
120 composição de valores diferentes. A Sra. Moema Versiani (INEA) sugeriu colocar em uma única deliberação
121 todos os recursos disponíveis no momento. O Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) disse que nenhum dos municípios
122 deve estar passando por maiores dificuldades do que o de Ubá, e o mesmo não receberá esse recurso, pois só
123 foram escolhidos os municípios da calha federal e por isso gostaria de saber o critério que foi usado. A Sra.
124 Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) informou que essa foi uma demanda para que os
125 municípios se adequem à diminuição de vazão sem problemas de captação. O Sr. Eduardo Dantas (CEDAE)
126 lembrou que desde a primeira reunião foram apresentados ao CEVAP os problemas existentes e desde a

127 reativação do GTAOH há a administração das reduções. A Sra. Moema Versiani (INEA) disse que não estão
128 dizendo que os outros municípios não precisam de recursos, mas essas obras serão realizadas por uma causa
129 específica e que foram remanejados no PAP do CEIVAP, recursos destinados a algumas ações dos estados do
130 Rio de Janeiro e São Paulo para viabilização dessas ações. O Sr. Virgílio Furtado (AMPAR) citou que o estado
131 de Minas Gerais está sendo prejudicado e que ficou fora do processo por conta da transposição. O Sr. Edilson de
132 Paula (DAEE) comentou que o Estado São Paulo não leva nada de recursos do CEIVAP e para que tenham
133 acesso ao recurso devem apresentar as demandas de forma organizada. Essas demandas teriam que ser
134 apresentadas formalmente para que o CEIVAP tome conhecimento. Deve haver um processo de
135 amadurecimento das futuras demandas, mas o Comitê tem que resolver o problema emergencial da calha
136 federal. O Sr. Paulo Valverde (CESAMA) falou que há uma situação de raciocínio lógico. Devem sim resolver
137 os problemas dos municípios afetados pela operação hidráulica, porém não devem esquecer que em 2016 haverá
138 uma prestação de contas para esse recurso. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) informou que o Sr. André
139 Marques (AGEVAP) participou de reunião com as auditorias envolvidas para tratar sobre a utilização desses
140 recursos e obteve o aval das mesmas. A deliberação está aprovada, mas não quer dizer não possa ser feita outra
141 deliberação contendo o anexo dos empreendimentos e citando o adiantamento de recursos do Comitê Guandu,
142 conforme solicitado pela Câmara Técnica Consultiva. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) lembrou
143 dos R\$ 60 milhões da ANA. Comentou também, que esse recurso do Guandu fará falta ao CEIVAP. A Sra.
144 Zeila Piotto (CIESP Taubaté) citou que a deliberação ad referendum tem que ser referendada em plenária e por
145 isso nem deveria passar pela CTC. Sugeriu que a deliberação seja substituída ou haja adequação.
146 **ENCAMINHAMENTO** – A CTC analisou a Deliberação e sugeriu adequações, que deverão ser incluídas,
147 para que o documento possa ser encaminhado para apreciação da plenária do CEIVAP. **ITEM 4: Calendário**
148 **de reuniões de 2015 – ENCAMINHAMENTO** – Os membros da Câmara Técnica entraram em acordo,
149 definiram e aprovaram o calendário de reuniões da CTC para o ano de 2015, disposto da seguinte forma: 2ª
150 RO da CTC marcada para o dia 17/06/15, em Juiz de Fora (MG); 3ª RO da CTC marcada para o dia 09/09/15,
151 em Taubaté (SP); 4ª RO da CTC marcada para o dia 08/12/15, em Resende (RJ). As reuniões extraordinárias
152 da CTC, que poderão ser convocadas no decorrer do ano de 2015, deverão ser realizadas em Resende (RJ), na
153 sede da AGEVAP/CEIVAP. **ITEM 5: Breve relato sobre atuação do CEIVAP e da AGEVAP na questão**
154 **relativa à escassez hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul** – Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale!
155 Nossa Vida) relatou que desde 2003 foi constituído o GTAOH, e que após a reativação do Grupo estão focados
156 na discussão da questão da vazão dos reservatórios. Comentou que antes trabalhavam em Santa Cecília com 190
157 m³/s, atualmente estão com 140m³/s, e já estão discutindo para que se diminua para 110 m³/s. Disse, ainda que
158 os reservatórios nunca estiveram tão baixos sendo que em março de 2014 estava com 41,9% de reservatório
159 equivalente, e atualmente estão com 8,9%. O Sr. João Gomes (UENF) lembrou que a região que menos choveu
160 no Brasil foi a região do Baixo Paraíba do Sul e o problema de intrusão salina foi amenizado por causa da
161 chuva, porém estão tendo a necessidade de construção de poços artesianos e utilização de caminhão pipa.
162 Comentou que no canal de São Francisco foi aprovada, barragem para conter a intrusão salina e essa ideia
163 também deveria ser implantada na região do Baixo Paraíba do Sul. O Sr. Nazareno Mostarda(DAEE/CBH-PS)
164 disse que há uma resistência em reservar água na cabeceira, porém estão armazenando água para a população da
165 bacia. Se a deliberação disse que até junho tem que chegar a uma determinada vazão, podem fazer
166 gradativamente, pois é uma medida importante para a sustentabilidade hídrica para bacia. O Sr. João
167 Emídio(IAVARP) comentou que os últimos acontecimentos fez com que todos pensem que existem assuntos
168 gravíssimos para resolver. Disse ainda, que precisam ter visão estratégica e olhar além do que estão vivendo o
169 que poderia ser feito com a adoção de medidas que talvez ajudassem, como o estabelecimento da
170 obrigatoriedade de cisternas, por exemplo, pois a tendência é piorar, visto que a população está crescendo. Há
171 disponibilidade hídrica no país, mas é preciso que todos se adequem a nova realidade. O Sr. Paulo Valverde
172 (CESAMA) citou a carta que foi enviada pelo Presidente do CEIVAP, através de recomendação da CTC à
173 Secretaria de Assuntos Estratégicos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) disse que devem ser discutidas não só
174 as regras de operação, mas também os cenários de risco. O Sr. Edilson de Paula (DAEE) falou que a gestão de
175 recursos hídricos entrou na pauta da grande mídia e os Comitês têm que pensar como protagonista, mas são
176 muito burocráticos. Disse que há uma fragilidade grande dos comitês em dar resposta e que seria importante
177 reuniões periódicas para traçar diretrizes da diretoria. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) relatou que desde
178 fevereiro de 2014 quando trouxe o problema, estão trabalhando na questão de conservar água em reservatórios.
179 Esse cenário ficou mais crítico quando parou de chover. Citou a importância de criação de plano federal de
180 segurança da água a partir de 2015. O Sr. Nazareno Mostarda(DAEE/CBH-PS) disse que acima dos comitês há
181 a governança desse país e o Comitê tem papel importante e não pode ser omissor. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
182 Taubaté) sugeriu que o plano de bacia poderia propor recomendações aos órgãos gestores. **ITEM 6: Assuntos**
183 **Gerais** – A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ONG O Nosso Vale! Nossa Vida) citou a importância do papel do comitê
184 dizendo que há falhas e existem vários fatores que travam a continuidade das ações. Agradeceu a CTC, o
185 CEIVAP e AGEVAP pela parceria, pois uma gestão não se faz sozinha e todos precisam de mais parceiros. A
186 Sra. Moema Versiani (INEA) disse o INEA está passando por uma série de mudanças e citou os novos
187 representantes: Secretário de Estado do Ambiente - Sr. André Corrêa; Presidente do INEA - Sr. Marco Aurélio
188 Porto, DIGAT - a Sra. Rosa Formiga saiu e entrou a Sra. Eliane Barbosa, além da entrada da Sra. Lívia
189 Soalheiro em substituição a Sra. Gláucia Sampaio. Informou que o Sr. André Corrêa irá se reunir com a

190 Diretoria e todos os Grupos do CEIVAP. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 1ª
191 Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente
192 ata foi lavrada por mim, Raíssa Galdino, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo
193 Coordenador da CTC, Sr. Paulo Afonso Valverde Júnior, que presidiu a reunião.

194
195
196
197
198
199
200
201

Resende, 10 de março de 2015.

Paulo Afonso Valverde Júnior
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP